



ISSN: 2236-8000

v.20, n.2, p. 115-138, jul.- dez., 2025

Mulheres Guarani e Kaiowá no Instagram: roleta interseccional das práticas comunicativas

Mujeres guaraníes y kaiowá en Instagram: una ruleta interseccional de prácticas comunicativas.

Guarani and Kaiowá women on Instagram: an intersectional roulette of communicative practices

Mylena Garcete ROCHA

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal
de Mato Grosso do Sul.
e-mail: mylena.rocha@ufms.br

Katarini MIGUEL

Docente do Programa de Pós-Graduação em
Comunicação da Universidade Federal de Mato
Grosso do Sul.
e-mail: katarini.miguel@ufms.br

Enviado em: 15 nov.2025

Aceito em: 27 dez. 2025

RESUMO

A pesquisa analisa como mulheres Guarani e Kaiowá usam as redes sociais para enfrentar o silenciamento histórico da mídia hegemônica, que tende a estigmatizar povos indígenas. Em um contexto marcado por expulsões territoriais, violência estrutural e dupla subalternidade das mulheres, a etnomídia emerge como estratégia de resistência e autonomia narrativa. Com base em perspectivas decoloniais e na roleta interseccional, o estudo examina as postagens da Kunangue Aty Guasu no Instagram (jan–jun/2023), revelando o uso político das redes para mobilização, afirmação identitária e contestação de estereótipos, alinhado aos princípios da comunicação indígena.

Palavras-chave: Mulheres indígenas; Etnomídia; Mato Grosso do Sul.

RESUMEN

La investigación analiza cómo las mujeres Guaraní y Kaiowá utilizan la etnomedia para enfrentar el silenciamiento histórico impuesto por los medios hegemónicos, que suelen estigmatizar a los pueblos indígenas en Mato Grosso do Sul. En un contexto marcado por el desplazamiento territorial, la violencia estructural y la “doble subordinación” que afecta a las mujeres indígenas, la etnomedia surge como una estrategia de resistencia y autonomía narrativa. A partir de perspectivas decoloniales e interseccionales, el estudio examina publicaciones en Instagram de Kunangue Aty Guasu (ene–jun/2023), mostrando el uso político de las redes para la movilización, la construcción identitaria y el cuestionamiento de estereotipos, en consonancia con los principios de la comunicación indígena.

Palabras-clave: Mujeres indígenas; Etnomedia; Mato Grosso do Sul.

ABSTRACT

The research examines how Guarani and Kaiowá women use ethnomedia to confront the historical silencing imposed by mainstream media, which often stigmatizes Indigenous peoples in Mato Grosso do Sul. In a context marked by territorial displacement, structural violence, and the “double subordination” faced by Indigenous women, ethnomedia emerges as a strategy of resistance and narrative autonomy. Drawing on decolonial and intersectional perspectives, the study analyzes Instagram posts by Kunangue Aty Guasu (Jan–Jun 2023), revealing how the network is used politically for mobilization, collective identity building, and challenging dominant representations, in line with Indigenous communication principles.

Keywords: Indigenous Women; Ethnomedia; Mato Grosso do Sul.

Território (de) marcado

De pronto, esta pesquisa considera o cenário de violências estruturais, silenciamentos históricos e múltiplos marcadores de opressão para compreender como as mulheres indígenas Guarani e Kaiowás, em território sul-mato-grossense, constroem e negociam suas identidades por meio de práticas comunicativas nas mídias digitais. Trazemos aqui uma síntese dos resultados da dissertação de mestrado "Etnomídia e interseccionalidades: práticas comunicativas das mulheres Guarani e Kaiowá no Instagram", defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) em 2024, que analisou como as mulheres da Kuñangue Aty Guasu, a Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani da região sul de Mato Grosso do Sul, utilizam as redes sociais como ferramenta de expressão.

A relação entre os indígenas e os meios de comunicação hegemônicos é conflituosa, pautada por certa invisibilidade e negligência ou uma representação focada em episódios de violência, a partir da ótica da diferença, de forma exótica ou pejorativa (Monteiro; Melo, 2008), contribuindo para a manutenção de estereótipos profundamente enraizados no imaginário da sociedade. Desta forma, os povos são colocados na posição do Outro (Kilomba, 2019). Em Mato Grosso do Sul, esse cenário se intensifica. No estado com a terceira maior população indígena do país (IBGE, 2022), a história é marcada pela exploração e violência contra os povos indígenas, uma trajetória que até hoje impacta a forma como são percebidos e retratados, tanto socialmente quanto nos meios de comunicação.

A disputa pelo território é central para compreender o contexto de violência e vulnerabilidade que envolve os povos indígenas. A questão fundiária está ligada ao processo de expulsão de seus territórios tradicionais, um processo de fragmentação política, quando as parentelas de diversas comunidades foram separadas, comprometendo a reprodução de sua cultura (Urquiza e Praszo, 2015). Conforme o índice Gini de concentração fundiária, o estado tem a segunda maior desigualdade na distribuição de terras do país, ficando atrás somente da Bahia. Quando se considera apenas as propriedades privadas, as grandes propriedades ocupam cerca de 83% da área total, enquanto as pequenas representam apenas 4% do território (Freitas et al., 2017, apud Santos; Amado; Pasca, 2021). Quando o direito à terra é negado, os processos de demarcação são lentos e há pressão de setores do agronegócio, o resultado é um ambiente ameaçador para os povos indígenas, quando não

desesperador: Mato Grosso do Sul lidera o ranking nacional de assassinatos de indígenas, de acordo com os dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), entre 2003 e 2019, foram registrados 539 homicídios no estado.

A violência também é notória dentro das comunidades e as principais vítimas são as mulheres indígenas. Com o processo de desterritorialização e o comprometimento da cultura desse povo, os problemas sociais se agravam e interferem na maneira como as mulheres são tratadas pelos seus próprios pares. Assim, problemas como o consumo de álcool e de drogas ilícitas estão relacionados com o aumento de casos de violência doméstica. Para Tânia Zimmermann, Lauriene Seraguza e Ana Viana (2015), o contato com o não indígena, o confinamento em pequenas reservas, a degradação do meio ambiente e a introdução de drogas e bebidas nas comunidades degradam as vivências e agravam as múltiplas opressões: como mulheres e como indígenas (Silva, 2018). Sobretudo porque o processo de colonização foi central nas transformações que prejudicaram o desenvolvimento das comunidades originárias, como defendia María Lugones (2008), a partir da ideia de colonialidade de gênero.

Mas onde há opressão, há agenciamentos e resistências. Assistimos - historicamente frisamos -, as mulheres indígenas buscarem estratégias para fortalecer a sua comunicação, preservar suas culturas e afirmar suas identidades. O uso das tecnologias, especialmente das mídias sociais, sobressaiu-se nos últimos anos, e pode ser interpretado, como optamos aqui, na ótica da etnomídia, quando visto como um espaço de autonomia, permitindo que as mulheres indígenas, neste caso as Guarani e Kaiowá, possam romper com a mediação dos veículos de comunicação hegemônicos.

Em consonância com o referencial teórico da etnomídia (Tupinambá, 2016; Santi; Araújo, 2019, 2021, 2022; Freitas, 2021; Nascimento, 2020), estabelecemos a relação da lente analítica da interseccionalidade para entender as práticas comunicativas, atravessadas por marcadores como raça, etnia, classe e gênero, que se entrelaçam em dinâmicas complexas de desigualdade. Nossa atenção se volta para o perfil Kuñangue Aty Guasu no Instagram, como *corpus* de um estudo que aciona a proposta da roleta interseccional de Fernanda Carrera (2021a, 2021b), para a leitura das múltiplas opressões e dos agenciamentos em jogo. O estudo também se apoiou na Análise do Discurso (Maingueneau, 2008; Amossy, 2008), no entendimento do ethos, para tensionar a imagem histórica e midiaticamente construída.

Os resultados da pesquisa evidenciam que as mulheres indígenas têm se apropriado do Instagram como uma ferramenta estratégica para dar visibilidade às suas lutas e fortalecer suas redes de mobilização. O espaço proporciona romper com os filtros e distorções impostos pela mídia hegemônica e configura-se em um espectro de resistência simbólica e política, no qual é possível informar, sensibilizar e denunciar, além de construir novas imagens sobre o que significa ser uma mulher indígena no Brasil atual. Mas a dinâmica comunicacional não está livre de críticas e pode levantar, mais recentemente, receio com processos de vigilância, controle e algoritmização por parte das plataformas digitais. Seria, então, outra forma de colonizar? Não conseguimos ir tão longe nos resultados, mas reproduzimos aqui nossos principais achados delimitados por um tempo, espaço e pelo contexto de uma pesquisa de mestrado.

Etnomídia na visada da emancipação

As Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDICs) têm sido usadas como instrumentos para ampliação das vozes e de reivindicação de direitos de diferentes minorias sociais, a despeito das dinâmicas nocivas de capitalização e desinformação, somada à desregulamentação, em especial das plataformas digitais, que conformam crises permanentes e bolhas epistêmicas (Cesarino, 2022). Ademais, há limites técnicos e de acesso. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (PNAD TIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021), 28,2 milhões de brasileiros não têm acesso à internet. Nascimento (2020) ainda pontua a força e influência da mídia hegemônica no Brasil com audiência significativa, o que implica na seleção do que é visibilizado e conhecido, e na formação mais efetiva da opinião pública.

Acompanhamos essas problemáticas, mas partimos aqui da apropriação crítica (e inerente) das tecnologias que tem possibilitado às comunidades tradicionais a produção de narrativas próprias, fortalecendo suas identidades. Como destacam Mesquita, Pesce e Hessel (2019), as redes sociais configuram-se como meios que permitem aos indígenas narrar suas histórias a partir de suas próprias perspectivas e propor reflexões.

Assim como ocorre com os povos indígenas de maneira geral, a representação das mulheres indígenas na mídia hegemônica também é marcada pela invisibilidade, silenciamento e estigmatização. Quando aparecem em conteúdos jornalísticos, geralmente

estão associadas a episódios de violência, sobretudo de gênero, com abordagens pontuais e descontextualizadas, que desconsideram as causas estruturais das violações de direitos. Como observa Silva (2018), as narrativas midiáticas raramente incluem a voz dessas mulheres, sendo construídas majoritariamente por instituições, representantes estatais ou, em menor grau, por homens das próprias comunidades. Essa lógica reforça a exclusão, impedindo que as mulheres indígenas assumam o protagonismo na construção de suas vivências.

Fabiana Borges (2016) destaca o apagamento simbólico da mulher indígena nos discursos sociais e midiáticos, marcados por uma visão colonial. A mulher indígena é representada como um ser alheio aos espaços urbanos, às dinâmicas do mercado de trabalho e às pautas comumente associadas ao universo feminino da mulher branca, como estética, corpo e sexualidade. Tal representação ignora a existência da mulher indígena intelectual, urbana e politicamente engajada. Nesse sentido, a autora propõe uma ruptura com essa visão estagnada da mulher indígena, algo que elas mesmas têm praticado, por meio das redes sociais, com a etnomídia.

Nesse contexto, a internet assume um papel estratégico na comunicação dos povos indígenas, contrariando a ideia equivocada de que esses povos estariam distantes das inovações tecnológicas. Gonçalves, Estanislau e Silva (2019) destacam que o uso das TDICs permite o enfrentamento de estigmas e preconceitos históricos. Por mais que não possam controlar a forma como as mensagens são recebidas e interpretadas, a atuação estimula a ressignificação de sentidos e o questionamento de narrativas hegemônicas (Rothberg *et al.*, 2022). Dessa forma, a apropriação das redes pode indicar certa descolonização da informação.

Podemos considerar, por fim, que os saberes e os fazeres indígenas com as tecnologias da digitais podem contribuir com processos de educação decolonial que produzem outras possibilidades de reconhecer a comunicação entre diversos povos e a relação com a sociedade ocidental, e, em especial, são autores autônomos de suas etnocomunicações, tendo acesso aos bens socioculturais fundamentais de direito a todos os povos do mundo conectado pelas tecnologias digitais (Zenha; Grando; Silva, 2022, p. 52).

A etnocomunicação lança-se como uma abordagem alternativa, com um novo olhar sobre os processos de comunicação e de formato, a partir da visão da etnia que o produz (Tupinambá, 2016). Dentro desse conceito, recortamos a etnomídia, produto feito pelos povos e para os povos (Monforte; Leite, 2019). Se, por um lado, a mídia hegemônica silencia

e reforça estereótipos, a etnomídia surge como uma estratégia de enfrentamento. Tupinambá (2016) a conceitua como uma ferramenta de empoderamento cultural e étnico, como uma forma de descolonização dos meios de comunicação. Já Roney Freitas (2021) argumenta que não são só as iniciativas dos povos indígenas que podem ser consideradas etnomídias, visto que mesmo os meios convencionais estão atrelados a uma etnia, a dos brancos. “Coloca-se em perspectiva crítica a mídia hegemônica que também deveria se perceber etnicamente, a desfazer o equívoco de se atribuir um caráter universal, neutro” (Freitas, 2021, p. 32).

A etnomídia indígena que reconhecemos aqui, possui um arranjo próprio, voltado à afirmação identitária e à ampliação da visibilidade dos povos originários, de acordo com Santi e Araújo (2022). A apropriação das redes sociais permite romper com os padrões ditos universais e subverter os estereótipos perpetuados. Nesse contexto, a etnomídia não apenas viabiliza uma representação mais fidedigna das culturas, políticas e identidades indígenas, mas também atua como instrumento de resistência e de inclusão. Freitas (2021) dialoga com essa ideia e destaca uma contra-narrativa: quando o oprimido atua de forma ativa com as ferramentas do opressor, uma mimética calculada.

Esta pesquisa busca justamente entender as práticas etnomidiáticas das mulheres indígenas a partir de suas integrações políticas, no caso, a assembleia criada por elas - Kuñangue Aty Guasu, ou Aty Kuña - em português, Assembleia das Mulheres Kaiowá e Guarani - espaço que se visibiliza por meio do perfil @kunangueatyguasu. A demarcação de terras indígenas constitui o eixo central das discussões, mas o acontecimento (e sua mediação) também abrange temas como saúde, educação, segurança, sustentabilidade e questões específicas das mulheres, como a violência doméstica (Anzoategui, 2017), e pede o olhar interseccional que acionamos na sequência.

Roleta interseccional

Para compreender como as mulheres indígenas de Mato Grosso do Sul dialogam com as propostas da etnomídia, combinamos o levantamento quantitativo com a análise qualitativa, a partir da aplicação da roleta interseccional de Fernanda Carrera (2021a; 2021b), para identificar como os marcadores sociais se revelam na construção de autoimagem das mulheres, nas formas de negociação e interação com a diferença.

O objetivo fundamental é identificar as marcas, os rastros destas avenidas de opressão que se revelam nas interações cotidianas, na comunicação

mediática e nas representações discursivas. É mostrar, também, como a comunicação se constrói também a partir de estruturas interseccionais. [...] aqui se busca perceber como opressões interseccionais rasuram a subjetividade, os discursos, os produtos e espaços comunicacionais, e podem ser fundamentais para a composição dos sujeitos e dos seus comportamentos em interação. (Carrera, 2021a, p. 9-10)

Para Carrera (2021a), é importante ampliar o debate e ir além da raça e gênero, alcançando também o debate sobre classe, deficiência, sexualidade, peso, idade e geolocalização. Esses conceitos seriam como as “cores primárias” da roleta.

Nesse sentido, entende-se que a pesquisa em Comunicação precisa considerar não somente cada um desses eixos separadamente, como os cruzamentos e combinações que são essenciais para a composição identitária diversificada dos sujeitos. Ao considerar essas complexidades, é possível ampliar a gama de perguntas coerentes para o objeto analisado, entendendo-o em sua heterogeneidade e completude. Quais são os eixos de opressão que predominam em cada situação? Quais aqueles que deixam rastros no discurso e no sujeito em análise? Quais cores de opressão e quais combinações fundamentam o indivíduo em questão? (Carrera, 2021a, p. 11)

Não se trata de acumular opressões ou hierarquizá-las, mas sim compreender como as formas de opressão interagem, se cruzam e combinam entre si. Para Carrera (2021a), a metodologia vai além de compreender quais intersecções formam o indivíduo. O objetivo é entender quais são mobilizadas. A autora utiliza a metáfora da roleta – em alusão aos jogos de azar - e das cores, mostrando como a combinação de diferentes opressões pode representar uma experiência completamente diferente.

Após identificação de quais hastes de opressão são iluminadas, a segunda etapa da metodologia é composta por três domínios: a formação interseccional-discursiva, o ethos interseccional e as negociações interseccionais. A formação interseccional-discursiva identifica os imperativos e silenciamentos que norteiam cada eixo de opressão (Carrera, 2021a). Ou seja, oferece uma lente para perceber o que o discurso autoriza ou impede de expressar. A metodologia questiona o que é esperado de uma pessoa, conforme o contexto da comunicação. Já o ethos discursivo é a silhueta imagética do sujeito construída pelo discurso, incluindo os estereótipos e as imposições culturais validadas socialmente. Neste caso, recorreremos à Análise do Discurso para entender o ethos como ato de enunciação (Maingueneau, 2008). Para o autor, o ethos de um discurso é resultado da interação entre o ethos pré-discursivo, ethos discursivo (mostrado), e de quando o enunciador evoca sua

própria enunciação (ethos dito). Amossy (2008) acredita que o próprio ato de se comunicar já implica na construção da imagem de si.

Figura 1: Roleta interseccional proposta pela autora



Fonte: Fernanda Carrera (2021a)

O conceito de ethos interseccional, portanto, é a tentativa de reconhecer quais as construções identitárias legítimas em determinados eixos de opressão e de que forma os sujeitos deixam rastros desta imagem de si nos seus discursos. Mais do que isso, é relevante perceber não somente os estereótipos atribuídos a cada eixo que podem constriar as liberdades identitárias dos indivíduos, como também compreender as negociações, que acontecem nas interações e ressignificam os limites das suas existências (Carrera, 2021a, p. 14).

Para finalizar, o conceito de negociações interseccionais destaca a dimensão relacional e interacional da identidade, especialmente diante das opressões. A identidade não é somente construída individualmente, não pode ser vista de forma isolada. Os sujeitos adaptam seus discursos e posturas, conforme o contexto, para confrontar, silenciar, se agenciar ou sobreviver.

Os giros da roleta interseccional, portanto, assim como a análise das formações interseccionais-discursivas, das negociações e do ethos atrelados

a cada haste iluminada na pesquisa, são modos de tentar dar completude à análise comunicacional. Os resultados de estudos que se direcionam metodologicamente para apenas um eixo de opressão, ou até mesmo para múltiplos eixos separadamente, não dão conta da magnitude dos seus objetos de análise. É preciso percorrer todo o trajeto metodológico, tanto dos giros da roleta quanto da construção colorida dos sujeitos e das suas análises contextuais, para compreender, de fato, as nuances subjetivas que deixam rastros no discurso e fundamentam os indivíduos em todas as suas práticas sociais e comunicacionais. (Carrera, 2021a, p. 15)

Assim, por meio dos giros da roleta no perfil da Aty Guasu, entendemos quais hastes de opressão são iluminadas. Em seguida, compreendemos quais normas e silenciamentos regem os seus discursos, qual é a imagem que elas constroem de si mesmas a partir do que comunicam e, por fim, como negociam suas identidades: querem se adequar ou resistir?

Dos achados nas práticas comunicativas

Ao longo da pesquisa, foi realizado o mapeamento das iniciativas de comunicação desenvolvidas pelos povos indígenas de Mato Grosso do Sul e chegamos a perfis nas redes sociais administrados por Guarani, Kaiowá e Terena, além de coletivos de jovens de diferentes etnias. A opção pelo recorte de gênero, nos levou ao único (então) perfil ativo e com elementos para o estudo, o da Kuñangue Aty Guasu, assembleia formada por mulheres Kaiowá e Guarani da região sul do estado.

O coletivo, composto por nove integrantes, marcava presença em diferentes plataformas¹, Facebook, YouTube e Instagram, este último despontou como o espaço com mais frequência de conteúdo e engajamento. Consideramos aqui os dados coletados durante a pesquisa, em 2023, quando contabilizamos pouco mais de oito mil seguidores e 1691 publicações desde a criação do perfil, em 2019, e apresentamos uma síntese dos nossos resultados.

As integrantes da Kuñangue Aty Guasu, Kuña Kuarahy, Kuña Aranduha, Kuña Apyka Rendy'i, Rosicleide Vilhalva, Mbo'y Jegua'i, Kuña Poty Rendy'i, Flavia Arino e Kuña Potyrua,

¹ O Facebook, embora tenha sido criado antes, em 2017, deixou de receber atualizações em 2023, mesmo preservando 4,2 mil seguidores. Já o YouTube era o canal menos relevante, com baixo alcance. Durante a pesquisa, apresentava 104 vídeos publicados e 79 seguidores, mas atualmente encontra-se fora do ar. Elas também possuíam um site oficial, com informações sobre a equipe, loja virtual, notícias e vídeos, que atualmente, em setembro de 2025, está indisponível. Já o Instagram soma, em 03 de dezembro de 2025, 2.367 publicações e saltou de oito mil em 2023 para 26 mil seguidores dois anos depois, quando redigimos esta síntese, um crescimento expressivo notado, mas que não integra nossos resultados de pesquisa.

são mulheres indígenas de diferentes municípios e territórios de Mato Grosso do Sul, pertencentes majoritariamente ao povo Guarani Kaiowá, havendo também representantes Guarani Nhandeva.

É relevante mencionar o contexto do território destas mulheres indígenas, como uma forma de compreender a motivação de suas lutas. As integrantes da Kuñangue Aty Guasu residem em terras indígenas situadas nos municípios de Antônio João, Japorã, Laguna Carapã, Dourados e Rio Brillhante, territórios em estágios distintos de regularização. Entre eles, cinco apresentam maior avanço: a Reserva Indígena de Dourados, de caráter reservado, e quatro áreas já homologadas, Rancho Jacaré, Nhanderu Marangatu, Pirakua e Panambizinho. Além disso, há territórios em fases preliminares, como Yvy Katu, já declarado, e Laranjeira Nhanderu, que ainda se encontra em processo de estudo. Todas essas informações, sobre o perfil das mulheres e suas origens, disponíveis no site oficial, não aparecem detalhadas no perfil do Instagram, onde a ênfase recai mais sobre a ação coletiva, ao invés das identidades individuais.

A análise concentra-se nas publicações realizadas entre janeiro e junho de 2023, período correspondente ao início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O recorte é relevante por coincidir com mudanças significativas para os povos indígenas, como a criação do Ministério dos Povos Indígenas, a reestruturação da Funai e também com a tramitação do Marco Temporal na Câmara dos Deputados². Foi realizado o levantamento exploratório quantitativo no perfil da Kuñangue Aty Guasu no Instagram durante o período, com a identificação de 322 posts, sendo que 160 eram autorais e 162 eram repostagens. Com relação ao uso de recursos multimidiáticos, a exploração de vídeos e áudios foi baixa. Do total de 322 publicações analisadas, 224 foram compostas exclusivamente por fotos, 92 incluíram vídeos e apenas seis combinaram áudio e foto. Entre os temas mais recorrentes nas publicações, o Marco Temporal ocupa posição central, com 56 postagens. Outro eixo de destaque são as retomadas de territórios em Mato Grosso do Sul, especialmente Laranjeira Nhanderu (11 posts), além de registros sobre ações próximas à

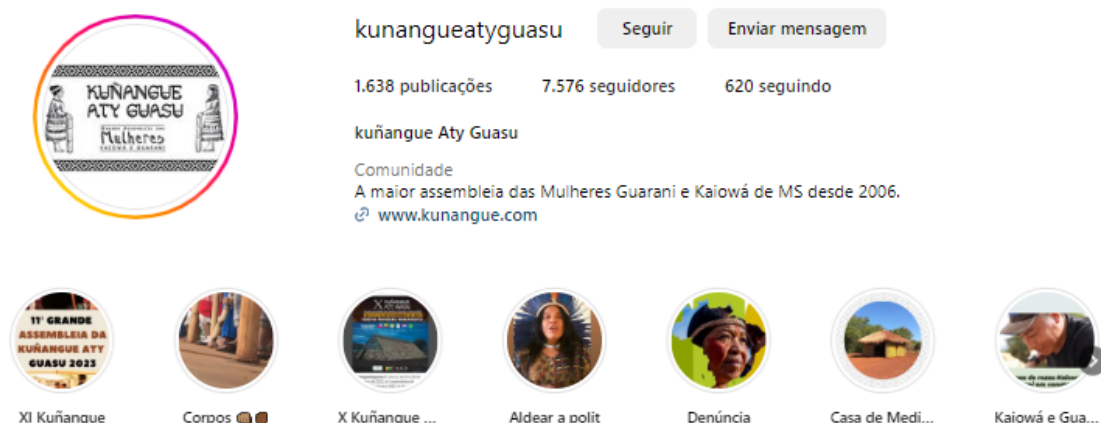
² A Tese do Marco Temporal que propôs restringir a demarcação de terras indígenas, ou seja, os povos têm direito apenas às terras que ocupavam ou já disputavam no dia da promulgação da Constituição Federal, 5 de outubro de 1988, foi incorporada à lei 14.701/2023 e refutada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em 09 de dezembro de 2025, o Senado aprovou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 48/2023 para incluir o Marco à Carta Magna e evitar a avaliação de inconstitucionalidade pelo STF. Entrementes, há um intenso processo jurídico no próprio Supremo, que deve ser retomado também em dezembro de 2025, pautado na violação dos direitos originários.

Reserva de Dourados (5 posts), Guapo'y Mirin Tujury, em Amambai (2 posts), e Yvú Verá, em Dourados (1 post). Também ganharam visibilidade o Acampamento Terra Livre (11 posts) e menções ao deputado federal Zeca do PT (10 posts).

A partir da análise quantitativa, nota-se que a principal finalidade das postagens é o compartilhamento de informações de interesse para a causa indígena (41,6%), com notícias e atualizações. Em seguida, destacam-se publicações em que as mulheres se posicionam diante de fatos ou acontecimentos (16,1%), evidenciando o uso das redes como espaço de expressão e ruptura do silenciamento. Há também publicações para a divulgação das ações do movimento (11,5%) e de incentivo à mobilização social (11,2%). Já os conteúdos voltados à denúncia (6,8%) e à manifestação cultural (1,9%) aparecem em menor proporção.

Após a análise quantitativa, a etapa qualitativa consiste na aplicação da roleta interseccional de Fernanda Carrera (2021a, 2021b) em postagens autorais da Kuñangue Aty Guasu no Instagram, buscando aprofundar a compreensão de suas práticas comunicativas no contexto da etnomídia. Para isso, sintetizamos aqui as análises da apresentação do perfil e mais três publicações específicas, de modo a analisar como as mulheres se representam, quais marcadores sociais emergem em seus discursos e de que forma tais elementos são negociados nas interações.

Captura de tela 1: perfil da Kuñangue Aty Guasu no Instagram.



Fonte: @kunangueatyguasu (2023).

Para iniciar, faremos o giro da roleta para analisar o perfil da Kuñangue Aty Guasu. Neste primeiro momento, observamos a foto, a descrição e os destaques fixados. A descrição é curta, mas já permite iluminar algumas hastes da roleta. A partir da frase “A maior assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá de MS desde 2006”, identificamos os marcadores de raça/etnia, gênero e geolocalização. Já a imagem de perfil apresenta a logomarca da Assembleia, com ilustração de duas mulheres indígenas e as palavras “Kuñangue Aty Guasu” e “Assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá”. Identificamos, ainda, grafismos que remetem aos povos indígenas, elementos visuais que reforçam os marcadores de etnia e gênero. Ao mesmo tempo, conseguimos identificar marcadores como a faixa etária, se possuem deficiência ou qual orientação sexual. Como são mulheres de um coletivo na luta pelo território, subentende-se a classe social, mas isso não fica explícito ao visitar o perfil.

Mesmo antes da análise das postagens, nesta apresentação, já notamos um ethos interseccional, que indica como as integrantes da Kuñangue Aty Guasu desejam ser percebidas: como coletivo. A ausência de identificação individual e a não exposição de rostos reforçam a imagem de um grupo coeso e indivisível, engajado na defesa de direitos e territórios. Essa construção discursiva se alinha à concepção de sujeito coletivo presente entre os povos indígenas, contrapondo-se ao individualismo ocidental. Ailton Krekak (2019) defende a ideia do sujeito coletivo e afirma que os Guarani e Kaiowá lutam pela terra, não como uma propriedade privada, mas o território de um povo. Neste sentido, ao se apresentarem como “a maior assembleia das Mulheres Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul desde 2006”, reforçam não apenas a ideia de representatividade e força política, mas também um ethos de tradição e continuidade histórica.

As negociações interseccionais, por mais que estejam presentes, manifestam-se de forma mais sutil. As integrantes da Kuñangue Aty Guasu, por exemplo, não interagem com seguidores por meio de respostas diretas aos comentários, fator analisado por Carrera (2021b) na sua proposta da roleta interseccional. Neste caso, entendemos esse resguardo e consideramos as negociações que podem estar implícitas na própria prática comunicativa; de pronto, interpretamos que a criação de um perfil no Instagram já constitui um movimento de negociação identitária, ao confrontar estereótipos historicamente associados aos povos indígenas, como a noção de “atraso”, tecnológico, no caso. Ao utilizarem elementos culturais tradicionais, como vestimentas típicas, adornos e grafismos, no ambiente digital, as mulheres reafirmam sua identidade étnica enquanto se apropriam de ferramentas de comunicação de

suposta modernidade ocidental. Essa articulação entre tradição e tecnologia representa uma forma de resistência simbólica e de reconfiguração discursiva, configurando o que se propõe aqui como uma forma de etnomídia, isto é, uma mídia produzida por indígenas a partir de suas próprias referências.

Para a análise das postagens, selecionamos uma publicação com a data de 7 de janeiro de 2023. A publicação foi selecionada para o artigo pela sua característica de denúncia, que está diretamente relacionada às características da etnomídia, que se constitui uma ferramenta de visibilização de pautas e enfrentamento de violências históricas. Na publicação, as mulheres denunciam o boicote da Aty Guasu, a assembleia geral do povo Guarani e Kaiowá, à Assembleia das mulheres, evidenciando as tensões entre os próprios indígenas e a tentativa de silenciamento das mulheres dentro das próprias comunidades.

Captura de tela 2: postagem denuncia boicote às mulheres da Kuñangue Aty Guasu



Fonte: @kunangueatyguasu (2023).

Na análise da postagem, os marcadores interseccionais de gênero, etnia e geolocalização ficam explícitos no giro da roleta. A legenda e a imagem evidenciam gênero e etnia, afinal, são mulheres Guarani e Kaiowá. Além disso, o marcador geográfico é identificado por meio da menção ao município de Amambai (MS) e pela referência à conjuntura política local. Na segunda etapa da metodologia proposta por Carrera (2021a, 2021b), busca-se compreender a conjuntura sociocultural. Questões como a participação nos processos de decisão e o enfrentamento às estruturas patriarcais são frequentemente mobilizadas. Quando elas denunciam o silenciamento da Aty Guasu, tornam público esse conflito com lideranças masculinas, reforçando o compromisso com a equidade de gênero. Nesse contexto, a experiência de gênero mostra-se indissociável da etnia. Além disso, as representantes da Assembleia denunciam que os nomes de mulheres indígenas, indicadas pelo coletivo para ocupar cargos em níveis regional e nacional, foram substituídos por nomes de homens, reforçando a denúncia sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres no exercício de sua representatividade política. De acordo com Oliveira (2018), além de combaterem o machismo em suas comunidades, as mulheres Guarani e Kaiowá também propõem uma ressignificação dos papéis tradicionalmente atribuídos às mulheres dentro da etnia, ampliando os espaços de atuação política e coletiva.

A análise do ethos interseccional evidencia os marcadores de gênero e etnia na construção identitária das mulheres da Kuñangue Aty Guasu. As interlocutoras se apresentam como mulheres Guarani e Kaiowá que reivindicam igualdade não apenas na sociedade mais ampla, mas também dentro das próprias estruturas comunitárias. Na publicação analisada, o uso de termos como “boicote”, “machismo”, “exclusão das mulheres” e “silenciamento”, revelam uma postura combativa diante das desigualdades, reforçando as limitações e os conflitos internos. No post, elas também reiteram a imagem de um coletivo que, apesar das dificuldades, segue lutando por espaços de participação e representatividade. Destacamos ainda, o ethos de tradição, mobilizado tanto pelo reconhecimento da trajetória histórica da Kuñangue Aty Guasu, além dos elementos visuais presentes na imagem da publicação, que retrata mulheres com adornos típicos e objetos ritualísticos associados à espiritualidade Guarani e Kaiowá.

Na etapa final da análise, observamos as negociações interseccionais presentes na postagem. Embora não haja interação direta com seguidores por meio dos comentários, a legenda da publicação revela indícios de agenciamentos especialmente ao expor um conflito

de gênero dentro da própria etnia. As mulheres da Kuñangue Aty Guasu denunciam práticas recorrentes de machismo, contradições e silenciamentos promovidos por lideranças masculinas da Aty Guasu, configurando um cenário em que a desigualdade de gênero não é pontual, mas estrutural. Rita Segato (2012) propõe o conceito que dialoga com esse contexto, o patriarcado de baixa intensidade, que aponta a presença histórica do machismo nas comunidades indígenas, intensificado com a experiência colonial. Outro indicativo das negociações ocorre no próprio ato de marcar, na legenda, perfis de figuras públicas e instituições relevantes para a causa indígena. Ao acionar essas autoridades, as mulheres mobilizam a plataforma digital como espaço político de denúncia e reivindicação.

O segundo post analisado foi publicado no dia 4 de março de 2023. No mês marcado pela alusão à luta por direitos para as mulheres, a Kuñangue Aty Guasu publicou um conteúdo que comunica os seguidores sobre a prisão de Mboy Jegua, uma de suas lideranças. Ela havia sido detida durante a ocupação de uma fazenda em Laranjeira Nhanderu, município de Rio Brilhante (MS), sob acusações de desobediência e desacato. A postagem inclui um vídeo que registra o reencontro de Mboy Jegua com membros de sua comunidade, acompanhado da música “Demarcação Já (Remix)”. No primeiro giro da roleta interseccional, fica evidente o acionamento simultâneo das hastes de etnia, gênero e geolocalização. O marcador étnico se sobressai, uma vez que a postagem denuncia a violência policial contra os Guarani Kaiowá durante uma ação de retomada de território tradicional. O vídeo que acompanha a publicação reforça essa ideia ao registrar um ritual coletivo de recepção à liderança Mboy Jegua, no qual mulheres indígenas aparecem dançando em roda, entoando cânticos com o uso do *mbaraka* e vestindo trajes característicos, como saias de franjas e adornos na cabeça. O marcador de gênero é mobilizado tanto pela centralidade da figura de Mboy Jegua, a liderança feminina presa durante a ação, quanto pela expressiva participação de mulheres no ritual. Por fim, a haste de geolocalização está presente na legenda da publicação, ao situar o evento no território de Laranjeira Nhanderu, um tekoha localizado no município da região sul de Mato Grosso do Sul.

A análise da formação interseccional discursiva aponta a centralidade da luta pela terra na atuação do coletivo de mulheres indígenas, com ênfase na etnia. Embora o gênero esteja presente com o destaque à prisão de Mboy Jegua, é a identidade étnica que se sobressai. A publicação adota um tom combativo, recorrendo a termos que reforçam o cenário de conflito e violência enfrentado pelas Guarani e Kaiowá nas retomadas territoriais. Além de informar

sobre os desdobramentos da ação, o coletivo convoca a mobilização e a vigilância contínua, reforçando a persistência coletiva diante das violações de direitos.

Captura de tela 3: post de atualização após a prisão de Mboy Jegua



Fonte: @kunangueatyguasu (2023).

No que diz respeito ao ethos interseccional, as mulheres indígenas constroem uma imagem de comunicadoras engajadas e militantes. Demonstram domínio sobre estratégias de mobilização digital e sensibilidade investindo na inclusão, por meio do uso da linguagem neutra. Ao atualizarem os seguidores sobre os desdobramentos da retomada de Laranjeira Nhanderu, posicionam-se como protagonistas da narrativa e da apuração dos fatos, destacando, por exemplo, que a Assembleia esteve presente ouvindo relatos da comunidade.

Observamos aqui uma negociação por meio do discurso, que funciona como uma forma de prestação de contas aos seguidores. As mulheres da Kuñangue Aty Guasu utilizam a legenda para relatar os acontecimentos da retomada e, ao agradecerem o apoio recebido, reforçam o papel das redes sociais como espaço de articulação e legitimação política. Desta forma, a mobilização por meio do Instagram contribuiu para ampliar a visibilidade das violências estruturais enfrentadas pelos povos indígenas em Mato Grosso do Sul.

Para finalizar, analisamos um post datado de 4 de abril de 2023, que apresenta o ritual Jerosy Puku, ou batismo do milho branco, pertencente à etnia Guarani e Kaiowá. A cerimônia foi realizada no tekoha Guyra Camby'i, no distrito de Bocajá, município de Douradina (MS). A publicação teve como principal objetivo promover a manifestação cultural, já que buscou divulgar e valorizar um ritual tradicional da etnia. Alinhada aos princípios da etnomídia, a postagem contribui para o fortalecimento da identidade coletiva, configurando-se como instrumento de empoderamento étnico (Tupinambá, 2016).

No primeiro giro da roleta interseccional, observamos o acionamento dos marcadores de etnia e geolocalização, sem a ativação direta da haste de gênero. O marcador étnico está presente por meio da valorização de um ritual espiritual Guarani e Kaiowá, evidenciando a centralidade da cultura e da religiosidade indígena. Já o sinalizador territorial é acionado tanto na legenda quanto na imagem, que situam o evento no tekoha Guyra Camby'i, localizado na Terra Indígena Panambi Lagoa Rica.

Na etapa de formação interseccional discursiva, percebemos que a publicação mobiliza, prioritariamente, o marcador de etnia, ao tratar da preservação cultural Guarani e Kaiowá por meio da divulgação na rede social. A escolha de explicar o significado do ritual evidencia a intenção de dialogar com o público externo à comunidade indígena, contribuindo para o fortalecimento identitário e para a difusão dos saberes tradicionais. Também são ativados, em segundo plano, os marcadores de geolocalização, com a identificação do tekoha onde o evento ocorre, e de classe, com o pedido para contribuição financeira. Há um silenciamento da posição de gênero, pois, embora a publicação seja produzida por mulheres, esse aspecto não fica explícito.

No que se refere ao ethos interseccional, as mulheres da Kuñangue Aty Guasu constroem uma imagem coletiva pautada no ativismo cultural e no apoio comunitário. Elas adotam uma postura didática ao explicar o significado do ritual tradicional, reforçando o

compromisso com a valorização e a preservação da cultura Guarani e Kaiowá. Termos como “ritual”, “sagrado”, “ancestral” e “curar” ancoram o discurso em um ethos da tradição, vinculado à espiritualidade. Além disso, o ethos ativista fica evidente na mobilização para arrecadação de recursos para a realização do ritual. A ausência de referências ligadas ao gênero indica uma escolha estratégica, reforçando a ideia de um coletivo.

Captura de tela 4: post em alusão ao Jerosy Puku



Fonte: @kunangueatyguasu (2023).

Assim, elas realizam negociações discursivas ao utilizarem as redes sociais para divulgar informações sobre o ritual, convidando o público não apenas a conhecer e vivenciar a cultura, mas também a apoiar financeiramente sua realização.

Considerações possíveis

Discutimos neste artigo os principais resultados de uma pesquisa sobre como as mulheres indígenas, especificamente as Guarani e Kaiowá de Mato Grosso do Sul, utilizam as redes sociais para comunicação, mas também como ferramenta de luta, manutenção de suas tradições e ressignificação de estereótipos. A interseccionalidade foi essencial para

evidenciar as múltiplas opressões vivenciadas por essas mulheres, enquanto o conceito de etnomídia possibilitou a análise das suas práticas comunicativas como formas de resistência e produção de outras narrativas.

A abordagem metodológica da roleta interseccional de Fernanda Carrera (2021a, 2021b) permitiu compreender que as mulheres da Kuñangue Aty Guasu são atravessadas por diferentes formas marcadores sociais, que se articulam criando uma experiência singular. Observamos que as hastes de gênero e etnia são prioritariamente mobilizadas na roleta, enquanto o marcador de geolocalização também se manifesta de forma relevante, ainda que com menor centralidade. Outras opressões, como aquelas relacionadas à classe social, idade, maternidade, deficiência e sexualidade, estão apagadas ou presentes de forma mais sutil, aparecendo nas entrelinhas dos discursos. Essa seletividade na ênfase dos marcadores evidencia a atuação política dessas mulheres na construção de suas práticas comunicativas e as pautas que priorizam.

Nossas sujeitas de pesquisa adotam uma postura comunicacional centrada na coletividade, evitando exposições individuais, especialmente nas redes sociais. Essa escolha estratégica reforça o ethos de um coletivo político que busca representar as mulheres Guarani e Kaiowá de forma unificada. Ao mesmo tempo, o grupo constrói uma imagem fortemente vinculada à tradição e à ancestralidade, mesmo em um ambiente digital. A presença de elementos culturais evidencia uma tentativa de reforçar a identidade da mulher indígena na contemporaneidade. Por fim, o discurso adotado nas publicações se caracteriza pelo tom exaltado para delação das múltiplas violências sofridas. Essa postura indica como elas lutam contra o silenciamento e optam por uma comunicação direta, sem eufemismos, por vezes com didatismo, entendendo e investindo em um público de seguidores/apoiadores para além das comunidades indígenas. Assim, avaliamos, no tempo e espaço da pesquisa, que elas utilizam o Instagram para negociar identidades de resistência, tradição e força política, apropriando-se das tecnologias para ampla divulgação e denúncia das causas.

Embora reconheçamos os desafios, que devem ser enfrentados em estudos futuros, como o acesso limitado à internet e as barreiras dos algoritmos das plataformas, a proposta da etnomídia evidencia a potência das práticas comunicativas em rede, que contribuem para fortalecer a visibilidade, o empoderamento e a valorização das culturas indígenas.

Referências

- AMOSSY, R. **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008.
- ANZOATEGUI, P. S. **“Somos Todas Guarani-Kaiowá”: entre narrativas (d)e retomadas agenciadas por mulheres Guarani e Kaiowá sul-mato-grossenses**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017.
- BORGES, J. C. **“A sociedade brasileira nos fez pobres”: assistência social e autonomia étnica dos povos indígenas. O caso de Dourados, Mato Grosso do Sul**. *Horizontes Antropológicos*, v. 22, n. 46, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/6nbHfY5vYf7pSNTyZ3P5QHs/>. Acesso em: data de acesso necessária.
- CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. **E-Compós**, v. 24, 2021a. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>.
- CARRERA, F. Para além da descrição da diferença: apontamentos sobre o método da roleta interseccional para estudos em Comunicação. **Liinc em Revista**, v. 17, n. 2, 5715, 2021b. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5715>.
- CESARINO, Letícia. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu, 2022.
- FREITAS, R. G. **Yandê: etnomídia pela poética de uma webrádio indígena**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021. SOBRENOME, Nome. **Título: subtítulo**. Tese de doutorado/dissertação de mestrado, Programa Pós-Graduação em X, Universidade, ano. Disponível em <link>. Acesso em: dia mês. ano.
- GONÇALVES, D. C.; ESTANISLAU, F. M.; SILVA, M. P. Midiatização indígena: uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) entre os Puyanawa. **Anais de Resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais**, v. 1, n. 3, 2019. Disponível em: <https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiatizacao-resumos/article/view/923>.
- IBGE. **Censo Demográfico 2022: quilombolas e indígenas, por sexo e idade, segundo recortes territoriais específicos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73107>.
- KILOMBA, G. **Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- KRENAK, A. Ecologia política. *Ethnoscientia: Revista Brasileira de Etnobiologia e Etnoecologia*, v. 3, n. 2, 2018.

KUÑAGUE ATY GUASU. [@kunangueatyguasu]. Instagram. Recuperado em: 7 jan. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/kunangueatyguasu/>. Acesso em: 15 out.2023

KUÑAGUE ATY GUASU. [@kunangueatyguasu]. Aty Guasu boicota Kuñague Aty Guasu. 7 jan. 2023. Fotografia. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/kunangueatyguasu/>. Acesso em: 15 out.2023

KUÑAGUE ATY GUASU. [@kunangueatyguasu]. Comunicar a todos que nossa companheira Mboy Jegua finalmente foi solta. 4 mar. 2023. Fotografia. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/kunangueatyguasu/>. Acesso em: 15 out.2023

KUÑAGUE ATY GUASU. [@kunangueatyguasu]. Ritual Jerosy Puku. 4 abr. 2023. Fotografia. Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/kunangueatyguasu/>. Acesso em: 15 out.2023.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73–101, 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>.

MAINGUENEAU, D. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11–29.

MELO, P. B. **O índio na mídia: discurso e representação social**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2008.

MESQUITA, A. C.; PESCE, L.; HESSEL, A. M. D. G. Cultura indígena e tecnologias digitais da informação e comunicação: uma narrativa sobre formação e empoderamento. *Educação & Linguagem*, v. 22, n. 1, p. 5–21, 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/EL/article/view/9727/6924>.

MONFORTE, M.; LEITE, N. A. **Etnomídias indígenas: a tecnologia como instrumento de divulgação das manifestações culturais e políticas**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Cásper Líbero, São Paulo, 2019.

MONTEIRO, E. U. **Os cibermeios e a representação dos povos indígenas Kaiowá e Guarani em Mato Grosso do Sul: estudo de caso da retomada do território Yvu Katu**. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

NASCIMENTO, L. G. **Etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonialista e ancestral na formação comunicativa da Webrádio Yandê**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

OLIVEIRA, M. V. de. Feminismo indígena. In: HOLLANDA, H. B. de (Org.). **Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RABELO, N. R. S.; PARAGUASSÚ, A. C. M.; SILVA, N. X. O discurso da mulher indígena na rede social Instagram: protagonismo e militância. **JNT – Facit Business and**

Technology Journal, v. 32, n. 1, p. 254–277, 2021. Disponível em: <http://revistas.faculdefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/1376/917>.

ROTHBERG, D. et al. O poder criativo do net-ativismo de povos originários no Brasil. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 45, e2022121, 2022. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/4308>.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. Etnomídia como campo de (re)apropriações das práticas midiáticas no portal do Conselho Indígena de Roraima. In: **Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**. Belém, PA, 2019.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. A EtnoMídia Indígena na Construção dos Territórios EtnoMidiáticos. *Revista Comunicação, Cultura e Sociedade*, v. 7, n. 2, p. 122–142, 2021.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. Representações do Movimento dos Povos Indígenas na etnomídia roraimense. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 45, e2022123, 2022.

SANTOS, A. S.; AMADO, L. H. E.; PASCA, D. “É muita terra pra pouco índio”? Ou muita terra na mão de poucos?: conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2021. Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/e-muita-terra-pra-pouco-indio-ou-muita-terra-na-mao-de-poucos-conflitos>.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, p. 106–131, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>.

SILVA, F. C. Mulheres indígenas e os espaços midiáticos: uma reflexão sobre silenciamento, memória e resistência. *Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso*, v. 18, n. 2, p. 23–41, 2018.

TUPINAMBÁ, R. Etnomídia, uma ferramenta para a comunicação dos povos originários. *Brasil de Fato*, Niterói, 11 ago. 2016. Disponível em: <https://www.brasildefatopr.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povosoriginarios>. Acesso em: 22 ago. 2022.

URQUIZA, A. H. A.; PRADO, J. H. O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul. *Tellus*, v. 15, n. 29, p. 49–71, 2015.

URQUIZA, M. G. O lugar do Outro na narrativa jornalística: um olhar a partir da cultura. 2017. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.

ZENHA, L.; GRANDO, B. S.; SILVA, C. R. B. Pesquisa-formação em etnocomunicação no contexto contemporâneo: saberes e fazeres indígenas na relação comunicação/educação. *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, v. 31, n. 67, p. 37–54, 2022.

ZIMMERMANN, T. R.; SERAGUZA, L.; VIANA, A. E. A. Relações de gênero e violência contra mulheres indígenas em Amambai-MS. *Espaço Ameríndio*, v. 9, n. 1, p. 105–126, 2015.

BIOGRAFIA DAS AUTORAS

Mylena Garcete Rocha

Jornalista, mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato grosso do Sul. Integrante do Grupo de Pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Feministas” (CNPq-UFMS)

E-mail de contato: mylena.rocha@ufms.br

Katarini Miguel

Docente-pesquisadora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa “Comunicação e Mobilização dos Movimentos Feministas” (CNPq-UFMS). Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo

E-mail de contato: katarini.miguel@ufms.br